



**ACÓRDÃO Nº566/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11020/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parintins – SAAE.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Nelson Raimundo Pinheiro Campos (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1103/2021-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parintins - SAAE. Exercício de 2019.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.  
Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parintins, referente ao exercício de 2019, de responsabilidade do Senhor **Nelson Raimundo Pinheiro Campos**, Diretor - Presidente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parintins - SAAE e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM;
- 10.2. **Dar quitação** ao Senhor **Nelson Raimundo Pinheiro Campos**, Diretor - Presidente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parintins - SAAE e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE;
- 10.3. **Determinar à origem** que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:



**ACÓRDÃO Nº566/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 10.3.1.** Ausência de justificativas sobre o saldo existente na conta “Valores em trânsito realizáveis a curto prazo”;
- 10.3.2.** Ausência de justificativas sobre saldo existente na conta “Dívida ativa não tributada”;
- 10.3.3.** Ausência de justificativas sobre o saldo existente na conta “Financiamentos Internos”;
- 10.3.4.** Não houve publicação dos balanços (orçamentários, financeiro e patrimonial) no Diário Oficial do Estado, conforme estabelece o artigo 9º, da Lei Complementar nº 06/1991 c/c o artigo 109 caput da Lei Federal nº 4.320/1964;
- 10.3.5.** Não foi feita a auditoria de gestão no SAAE. Consequentemente, não foram encaminhados ao TCE-AM, por ocasião da prestação de contas anual, os seguintes documentos: Relatório de Auditoria de Gestão, o Certificado de Auditoria e o Parecer conclusivo do dirigente do órgão de controle interno competente, documentos esses exigidos pelo artigo 10, inciso III, da Lei nº 2.423/1996 (LOTCE/AM) e pelo artigo 184, §2º, inciso III, da Resolução TCE nº 04/2002 (RITCE/AM);
- 10.3.6.** Não constatamos documentos comprovando que foi dada publicidade, mensalmente, em órgão de divulgação oficial ou em quadro de avisos de amplo acesso público, à relação de todas as compras feitas pela Administração direta ou indireta, de maneira a clarificar a identificação do bem comprado, seu preço unitário, a quantidade adquirida, a nome do vendedor e o valor total da operação, podendo ser aglutinadas por itens as compras feitas com dispensa e inexigibilidade de licitação, artigo 16, da Lei nº 8.666/1993;
- 10.3.7.** Ausência da implantação de Cadastro de fornecedores, conforme dispõe o artigo 34 da Lei nº 8.666/1993;
- 10.3.8.** Desatualização do Portal de Transparência, pois tal impropriedade prejudica a instrumentalização do controle social e descumpre a Lei Complementar nº 131/2009 e seu regulamento, Decreto nº 7.185/2010;
- 10.3.9.** Ausência de justificativas sobre se os servidores ocupantes, exclusivamente, de cargos comissionados estão vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (Constituição Federal artigo 40, §13, com redação dada pela Emenda Constitucional 20/1988); esclarecendo ainda, se o SAAE, repassou ao INSS as contribuições retidas desses servidores e recolheu a sua contribuição sobre a folha de salários (Constituição Federal, artigo 195, inciso I, alínea “a”, incluído pela Emenda Constitucional 20/1988;



**ACÓRDÃO Nº566/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 10.3.10.** Ausência de justificativas sobre se os cargos comissionados do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE- Parintins, estão previstos em lei, dado o paradigma oriundo do parágrafo 1º, inciso II, alínea “a”, do artigo 61, da CF/1988;
- 10.3.11.** O certificado de Regularidade do FGTS-CRF, teve o prazo de validade expirada antes da assinatura do ajuste, contrariando o art. 195, § 3º, da CF/88, c/c o art. 29, IV, de Lei nº 8.666/93;
- 10.3.12.** Certidão de Secretaria da Receita Federal, positiva com efeitos de negativa de débito relativo aos Tributos Federais e a Dívida ativa da união, foi emitida após a assinatura do ajuste, contrariando o art. 195, § 3º, da CF/88, c/c o art. 29, III, da Lei nº 8.666/93;
- 10.3.13.** Ausência da nota de empenho do termo de contrato, como exige o artigo 60 da Lei nº. 4320/1964;
- 10.3.14.** Não consta ato de designação de servidor para atuarem como fiscal, de forma a acompanhar a execução do contrato, como determina o art. 67, da Lei nº 8666/93;
- 10.3.15.** Não consta nos autos a relação dos servidores que foram beneficiados com passagens aéreas, nem bilhetes e/ou tickets, comprovando sua utilização;
- 10.3.16.** Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características quantidades e prazos com objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto de licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos (inciso II, art. 30, da Lei nº 8.666/93);
- 10.3.17.** Comprovação fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tornou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto de licitação (inciso III, art. 30, da Lei nº 8.666/93);
- 10.3.18.** Ausência de indicação do recurso de despesa e comprovação da existência de previsão de recursos orçamentários (com a indicação das respectivas rubricas) que assegurem o pagamento das obrigações a serem assumidas no exercício financeiro, conforme estabelece o inciso IV do art. 30 do Decreto nº 5450/2005, § 2º, inciso III, do artigo, c/c o art. 14 da lei nº 8.666/93;
- 10.3.19.** Ausência de ato designatório do pregoeiro e da equipe de apoio (inciso VI do art. 21 do Decreto nº 3.555/2000);



**ACÓRDÃO Nº566/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 10.3.20.** Foi respeitado o prazo de oito dias uteis entre a divulgação da licitação, publicação do aviso do edital e a realização do evento (art. 4º, inciso V da Lei nº 10520/2002);
- 10.3.21.** Ausência de justificativa emitida pela autoridade competente (art. 3º, inciso I e art. 7º inciso V da Lei nº 10520/2002);
- 10.3.22.** Ausência de documentação relativa à qualificação econômico-financeira, a fim de comprovar a capacidade da contratada à prestação dos serviços solicitados, conforme art. 31, I, II, III da Lei nº 8.666/93, c/c §§ 2º, 3º, 4º e 5º, deste mesmo artigo;
- 10.3.23.** No tocante às despesas do serviço autônomo de água e esgoto de Parintins, com aquisição de combustível, observamos a ausência de um controle a inexistência de um mapa sobre o uso do mesmo, com identificação dos motoristas, motivo do deslocamento, trajetória e quilometragem, justificar o motivo;
- 10.3.24.** Não consta nos autos, publicação trimestral na Imprensa Oficial, dos preços registrados, como exige o § 2º do art. 15, da Lei nº 8.666/93;
- 10.3.25.** A certidão de negativa de débito trabalhista, certidão negativa de débito da SEFAZ, certificado de regularidade do FGTS, expirou o prazo de validade antes da assinatura do ajuste, contrariando o art. 195, § 3º, CF/88, c/c o art. 29, III e IV, da Lei nº 8.666/93;
- 10.3.26.** Ausência de manifestação do controle interno, dentre outras exigências legais, contrariando o disposto no art. 21, inciso 15, da Lei Complementar nº 009/2011;
- 10.3.27.** Ausência de registro analítico de todos os bens de caráter permanente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE – Parintins, com indicação dos elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um deles e dos agentes responsáveis, conforme determina o artigo 94 da Lei nº 4.320/64;
- 10.3.28.** Ausência de justificativas sobre o controle de almoxarifado funcionando de forma ineficiente, pois o controle de materiais registra apenas a saída de objetos, não atualizando o saldo de material remanescente, em descumprimento com o princípio da eficiência (art. 37 da CF/88) e arts. 94, 95, 96 da Lei nº 4.320/64;
- 10.3.29.** Ausência de bilhetes de passagem, relatório de viagem, comprovante de comparecimento nos órgãos (certificado e/ou declaração de comparecimento etc.) e afins, com nome das empresas transportadoras (veículos fluvial, aéreo), juntamente com resolução legislativa com justificativas



**ACÓRDÃO Nº566/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

quanto os valores de diárias de viagem, em favor dos colaboradores abaixo discriminados, com transparência e motivo de custo benefício das viagens, já que envolve custos de valores ao erário municipal, com despesas de diárias do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parintins -SAAE, em cumprimento ao Princípio da Transparência;

**10.4. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

**11- Ata:** 19ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 16 de Junho de 2021.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**

Conselheiro-Presidente

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira Relatora

**ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES**

Procuradora-Geral, em substituição